



Ministério do Desenvolvimento Regional  
Conselho Nacional de Recursos Hídricos  
Câmara Técnica de Outorga e Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos

Parecer nº 4/2020/CTOC/CNRH/CGRH/DRHB/SNSH

Referência: 59000.008709/2020-58

Interessado: Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH

Assunto: **Relatório ao CNRH sobre a aplicação dos recursos e eventuais inconformidades verificadas no acompanhamento da aplicação dos recursos da cobrança pelo uso da água, perante as prioridades estabelecidas pelo CNRH - exercícios 2018 e 2019.**

## HISTÓRICO

1. A Resolução CNRH nº 181, de 07 de dezembro de 2016, aprovou as Prioridades, Ações e Metas do Plano Nacional de Recursos Hídricos para 2016-2020.
2. A Resolução CNRH nº 189, de 29 de junho de 2017, estabelece as prioridades para aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso da água para o ano de 2018.
3. A Resolução CNRH nº 161, de 15 de dezembro de 2014, extinguiu o Grupo de Trabalho de Acompanhamento da Aplicação dos Recursos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos - GTAAC, previamente instituído no âmbito da CTCOB pela Resolução CNRH nº 70, de 19 de março de 2017, e atribuiu à CTCOB as seguintes competências:
  - acompanhar a aplicação dos recursos da cobrança pelo uso da água, referidos no inciso II do § 1º do art. 17 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, com redação dada pelo art. 28 da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, em conformidade com as prioridades estabelecidas pelo CNRH;
  - elaborar e encaminhar relatório ao CNRH sobre a aplicação dos recursos e eventuais não conformidades verificadas no inciso anterior.
4. Posteriormente, a Resolução CNRH nº 189, de 29 de junho de 2017, alterou a redação desta última competência passando a vigorar:
  - elaborar e encaminhar relatório ao CNRH sobre a aplicação dos recursos e eventuais inconformidades verificadas no inciso anterior, após o recebimento das informações pertinentes a serem encaminhadas pela ANA até o dia de 30 de março de cada ano.
5. O Decreto Federal n. 10.000, de 03 de setembro de 2019, alterou a nomenclatura da CTCOB para Câmara Técnica de Outorga e Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos - CTOC e atribuiu a referida Câmara Técnica no Art. 9º, III e alíneas b e c:

b) acompanhar a aplicação dos recursos da cobrança pelo uso da água, de que trata o inciso II do §1º do art. 17 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, em conformidade com as prioridades estabelecidas pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos;

c) analisar e emitir parecer sobre os valores a serem cobrados pelo uso de recursos hídricos de domínio da União sugeridos pelos comitês de bacia hidrográfica, nos termos do disposto no inciso VI do caput do art. 4º da Lei nº 9.984, de 2000;

6. A Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), por meio dos Ofícios nº 90/2019/AA-CD-ANA, de 27 de março de 2019, n.º 93/2020/AA-CD/ANA, de 10 de julho de 2020 e n.º 51/2020/AA-CD/ANA, de 29 de abril de 2020 encaminhou ao CNRH as Notas Técnicas nº 6/2019/CPLIN/GGES e n.º 34/2020/CPLIN/GGES com os relatórios da prestação de contas ao CNRH sobre a aplicação nos exercícios de 2018 e 2019 dos recursos da cobrança pelo uso da água, referidos no inciso II do § 1º do art. 17 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, com redação dada pelo art. 28 da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000.

7. A análise do relatório do exercício 2018 foi objeto da pauta da 1ª Reunião da CTOC em 2020 nos dias 11 e 12 de fevereiro. O relatório do exercício 2019 foi objeto da pauta da 3ª Reunião da CTOC, em 24 de junho de 2020.

## **SÍNTESE DAS DISCUSSÕES TÉCNICAS**

8. Nas reuniões, os servidores da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, Marco Amorim e Nazareno Marques de Araújo realizaram apresentação aos membros da CTOC dos ofícios e notas técnicas, quanto a aplicação dos recursos da cobrança do exercício 2018 e 2019.

9. Durante as discussões destacaram-se os seguintes tópicos:

- Ações de Cooperação internacional e demais que não encontram correspondência nas prioridades do Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH).
- Solicitação de aperfeiçoamento do próximo relatório com discussão dos recursos residuais e acabam por retornar ao Tesouro Nacional e possíveis mecanismos utilização de tais recursos.
- Despesas administrativas que não devem ultrapassar 7,5% da arrecadação.
- A importância da definição com clareza pelo CNRH da priorização de ações no Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH).

10. Após análise da aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança, esta CTOC encaminha ao Plenário do CNRH o presente Parecer ressaltando que não identificou inconformidades quanto à aplicação realizada pela ANA perante as prioridades estabelecidas na Resolução CNRH nº 147/12 para os exercícios 2018 e 2019. Foram observadas as seguintes aplicações dos recursos relacionadas as prioridades das Resoluções:

### **Exercício 2018:**

11. Recursos da Cobrança com correspondência as prioridades - R\$ R\$ 108.422.633 (79% do orçamento total oriundo dos recursos da cobrança - liquidado e pago)

12. Recursos da Cobrança sem correspondência total as prioridades (liquidado e pago):

- 000 - 8. Fórum Mundial da Água - Despesas diversas - R\$ 18.390.261 (11% do orçamento total oriundo dos recursos da cobrança)
- D001 - Cooperação Nacional e Internacional em Recursos Hídricos - R\$ 1.283.741 (1% do orçamento total oriundo dos recursos da cobrança)
- 2000 - Administração da Unidade - R\$ 14.413.697 (9% do orçamento total oriundo dos recursos da cobrança)
- 12DS - Construção do Prédio Anexo ao Bloco M - R\$ 156.879 (0,1% do orçamento total oriundo dos recursos da cobrança)

### Exercício 2019:

13. Recursos da Cobrança com correspondência as prioridades - R\$ 117.712.914 (91% do orçamento total oriundo dos recursos da cobrança - liquidado e pago)

14. Recursos da Cobrança sem correspondência total as prioridades (liquidado e pago):

- D001 - Cooperação Nacional e Internacional em Recursos Hídricos - R\$ 2.278.302 (2% do orçamento total oriundo dos recursos da cobrança)
- 2000 - Administração da Unidade - R\$ 13.398.289 (7% do orçamento total oriundo dos recursos da cobrança)

### CONCLUSÃO

15. A CTOC, no atendimento a sua competência de elaborar e encaminhar relatório ao CNRH sobre a aplicação dos recursos e eventuais inconformidades verificadas no acompanhamento da aplicação dos recursos da cobrança pelo uso da água quanto as prioridades estabelecidas, referidos no inciso II do § 1º do art. 17 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, com redação dada pelo art. 28 da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, em conformidade com as prioridades estabelecidas pelo CNRH, encaminha o presente parecer ao Plenário do CNRH informando que nos exercícios 2018 e 2019 foram encontradas incompatibilidades com as prioridades estabelecidas pelo CNRH, porém estas foram justificadas e acatadas, e a CTOC conclui por não haver inconformidades.

16. Seguem anexos a este parecer: ofícios com as referidas notas técnicas analisadas. Ofício ANA 90/2019 AA-CD/ANA e Ofício ANA 51/2020 AA-CD/ANA.

Em 24 de novembro de 2020.

**PORFÍRIO CATÃO CARTAXO LOUREIRO**

Coordenador da CTOC



Documento assinado eletronicamente por **Porfírio Catão Cartaxo Loureiro**, Usuário **Externo**, em 26/11/2020, às 09:27, com fundamento no art. 6º, §1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.mi.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **2910320** e o código CRC **BE106A5E**.